

■ PLENÁRIO DA CÂMARA

Haverá sessão, mas a pauta ainda não foi divulgada

As lideranças ainda não indicaram os parlamentares que irão compor os colegiados da CPI do MST e da CPI das ONGS.

COMISSÕES DE AMAZÔNIA E DOS POVOS ORIGINÁRIOS E TRADICIONAIS, MEIO AMBIENTE E DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL

Haverá audiência pública nesta terça-feira (16) para discutir os efeitos do Projeto de Lei 490/07 e do marco temporal para os povos indígenas. A deputada Célia Xakriabá (PSOL-MG), uma das autoras do pedido de audiência, lembrou que o projeto tinha como objetivo alterar a Lei 6.001/73, trazendo para o Poder Legislativo a competência das demarcações das terras indígenas. Desde então, o projeto acumulou 13 apensados e recentemente recebeu um texto substitutivo, apresentado pelo deputado Arthur Oliveira Maia (União-BA). Para ela, é importante que a Câmara dos Deputados promova um debate sério com espe-

cialistas no assunto, para “desvendar os reais impactos de uma possível aprovação desse projeto de lei”. Participam da audiência a ministra dos Povos Indígenas, Sônia Guajajara; a presidenta da Fundação Nacional dos Povos Indígenas (Funai), Joenia Wapichana; e a antropóloga, especialista em etnicidade, história e direitos indígenas, Manuela Carneiro da Cunha.

COMISSÃO DE MEIO AMBIENTE E DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL

Haverá reunião da Comissão nesta quarta-feira (17/05) Na pauta, o requerimento nº 52/2023, do Sr. Amom Mandel, que solicita a realização de audiência pública para tratar sobre o Fundo Amazônia e as perspectivas internacionais com a recriação do Comitê Orientador do Fundo Amazônia - COFA.

■ PLENÁRIO DO SENADO

Haverá sessão de votação nesta semana de um destaque para a deliberação do Projeto de Lei da Câmara número 63/2018 que inscreve no Livro dos Heróis e Heroínas da Pátria o nome de Margarida Alves.

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E CIDADANIA – CCJ

A Comissão se reunirá quarta-feira (17/05) para discutir o Projeto de Decreto Legislativo nº 508/2019 que convoca plebiscito sobre a criação do Estado de Tapajós, nos termos dos artigos 18, § 3º, e 49, XV, ambos da Constituição Federal.

COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA – CDH

A Audiência Pública realizada pela Comissão na segunda-feira (15/05) debateu a pulverização aérea por agrotóxicos e as violações de direitos humanos à saúde, alimentação e meio ambiente. Foram convidados

para a audiência o Deputado Estadual Renato Roseno, do Ceará; Marcia Xavier, representante da Comunidade Zé Maria do Tomé - Limoeiro do Norte (CE); Jorge Machado Huet Mesquita, representante da Fundação Oswaldo Cruz – FIOCRUZ ; Maria Juliana Moura, diretora de Vigilância em Saúde Ambiental e Saúde do Trabalhador do Ministério da Saúde; Pedro Luiz Gonçalves Serafim da Silva, Subprocurador-Geral do Trabalho e Coordenador do Fórum Nacional de Combate aos Impactos dos Agrotóxicos e Transgênicos do Ministério Público do Trabalho; Marco Antônio Delfino de Almeida, Procurador do Ministério Público Federal ; Gabriel Colle, Diretor Executivo do Sindicato Nacional das Empresas de Aviação Agrícola – SINDAG; José Carlos Camponês, produtor agroecológico e vítima de pulverização aérea de agrotóxicos em Nova Santa Rita (RS); Carlos Eduardo, Assessor da Confederação Nacional dos Trabalhadores Assalariados e Assalariadas Rurais - CONTAR; Adelar Cupsinski, representante da Fian Brasil; Juliana Acosta Santorum, representante da Campanha Nacional Contra os Agrotóxicos; Marina Lacôrte, Coordenadora da Campanha de Agricultura do Greenpeace Brasil; Representante do Conselho Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional – CONSEA; Representante do Instituto Brasil Orgânicos; Representante da Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura – CONTAG; Representante do Movimento de Mulheres Campesinas; Representante do Movimento dos Trabalhadores sem Terra - MST .

PACOTE DO VENENO

O Presidente do Senado, Rodrigo Pacheco (PSD/MG) despachou o requerimento de solicitava a tramitação Projeto de Lei nº 1.459/2022 (Pacote do Veneno) para a Comissão de Meio Ambiente da casa. O relator será o senador Fabiano Contarato (PT/ES)

PROJETO QUE AMPLIA CRIME DE TERRORISMO AVANÇA NO CONGRESSO SOB ALERTA DA PF E MST

A CCJ do Senado aprovou na última quarta-feira (10/05) projeto de lei que equipara as ações praticadas por grupos organizados criminosos a atos terroristas. A proposta segue para a Câmara dos Deputados. O texto é alvo de críticas de delegados da Polícia Federal (PF) por ser considerado amplo demais e gerou discussão sobre a possibilidade de enquadramento de movimentos como o MST (Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra). O projeto foi apresentado pelo senador Styvenson Valentim (Podemos-RN) em reação à onda de ataques de facções criminosas no Rio Grande do Norte em março, com queima de ônibus e prédios públicos. O relator, senador Jorge Kajuru (PSB-GO), retirou do texto que havia sido aprovado pela Comissão de Segurança Pública o trecho que enquadrava “distúrbios civis” como atos terroristas. A ADPF (Associação Nacional dos Delegados de Polícia Federal) afirma, em relatório técnico, que o projeto fará com que “inúmeros crimes comuns” sejam enquadrados como “atos terroristas”, o que, conseqüentemente, vai sobrecarregar a PF e a Justiça Federal, que “passariam a investigar e a julgar, respectivamente, todo e qualquer ato que possa ser minimamente equiparado à prática de terrorismo no Brasil”.

COMISSÃO DO SENADO SOBRE YANOMAMI JÁ GASTOU R\$ 690 MIL COM VIAGENS A RORAIMA

A Comissão Temporária Externa do Senado voltada para a crise humanitária Yanomami gastou R\$ 690 mil em duas viagens realizadas num espaço de duas semanas em abril. A maior parte dos valores (84%)

foi paga pelo Senado ao Ministério da Defesa, que cobrou deslocamentos em aeronaves da FAB (Força Aérea Brasileira) e até um almoço servido à comitiva no pelotão do Exército de Surucucu. Na reunião do dia 04/05, a Comissão decidiu ir além. Por maioria de votos, os senadores presentes à sessão acolheram um requerimento apresentado pelo presidente do colegiado, Chico Rodrigues (PSB-RR), a fim de realizar uma viagem “na região de Peixoto de Azevedo, Mato Grosso, com o objetivo de avaliar os processos da atividade garimpeira na região, bem como possíveis soluções alternativas e sustentáveis para os garimpeiros”.

OUTRAS INFORMAÇÕES

SEMINÁRIO “DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL NA AMAZÔNIA”

O Ministério das Relações Exteriores e a Fundação Alexandre de Gusmão realizam o seminário “Desenvolvimento Sustentável na Amazônia” nos dias 16, 17 e 18 de maio, no Auditório Wladimir Murтинho, do Palácio Itamaraty, em Brasília. O evento tem como objetivo promover debate entre representantes de governo e da sociedade civil sobre temas importantes para a Amazônia, tais como florestas, água, clima, bioeconomia, prevenção e combate ao desmatamento e aos crimes ambientais, cooperação científica, saúde, segurança alimentar e a contribuição dos povos indígenas e dos povos e comunidades tradicionais como guardiões da biodiversidade amazônica, para a identificação de propostas para a região, no contexto dos preparativos para a Cúpula da Amazônia. A IV Reunião de Presidentes dos Estados Partes no Tratado de Cooperação Amazônica será realizada em Belém

(PA) nos dias 8 e 9 de agosto. NO Seminário, destaque para o dia 17/05, no Painel 7 – “Os desafios e as contribuições dos Guardiões da Biodiversidade na Amazônia” na exposição do tema “As mulheres guardiãs da Amazônia e os desafios comuns nos países amazônicos”, conduzida por **Ima Vieira, Assessora, Rede Eclesial Pan-Amazônica (REPAM-Brasil)**.

ACORDO DE ESCAZÚ

O presidente Lula encaminhou ao Congresso na quinta-feira (11/05) o Acordo de Escazú que trata sobre democracia ambiental. Assinado pelo Brasil e outros 23 países latino-americanos em 2018, o texto precisa ser ratificado pelo Congresso para que se torne lei nacional. O encaminhamento do texto à Casa Civil foi feito pelo Itamaraty após reunir a anuência de oito ministérios ligados ao tema. A pasta da Agricultura foi a última a concordar com a matéria e estaria sob pressão de entidades do agronegócio contrárias a compromissos do tratado, como o estabelecimento da obrigação de informar a população sobre riscos ambientais. “A eventual ratificação do Acordo de Escazú contribuiria para a projetada elaboração de uma Política Nacional de Proteção a Defensores de Direitos Humanos, Comunicadores e Ambientalistas, uma das prioridades do ministério”, afirmou o ministro dos Direitos Humanos, Silvío Almeida.

O acordo regional estabelece avanços comuns sobre três bases: acesso à informação, participação pública e acesso à Justiça em assuntos ambientais. O acordo é pioneiro em prever mecanismos específicos de proteção a defensores ambientais, justamente em uma região que lidera o ranking de assassinatos de ativistas e defensores ambientais.

POVO XOKLENG: O CENTRO DO JULGAMENTO SOBRE DIREITOS INDÍGENAS NO SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL

Na última sexta-feira (12/05), o Conselho Indigenista Missionário (Cimi) lançou a campanha Terra é Vida, uma luta contra o marco temporal - tese que inviabiliza a demarcação dos territórios originários de todo o país. A previsão é de que o Supremo Tribunal Federal retome o julgamento do caso no próximo dia 7 de junho.

DECLARAÇÃO DA SUB-SECRETÁRIA-GERAL, ALICE WAIRIMU NDERITU, SOBRE A CONCLUSÃO DE VISITA AO BRASIL

A sub-secretária-geral das Nações Unidas e Assessora Especial para Prevenção do Genocídio, Alice Wairimu Nderitu, apresentou na sexta-feira as observações preliminares da visita de 11 dias realizada no Brasil, onde esteve pela primeira vez. Durante a missão, ela se reuniu com altos funcionários e representantes do governo, representantes de organizações da sociedade civil e representantes de comunidades indígenas e minorias em todo o país, assim como membros da comunidade internacional. A missão foi realizada após convite do governo brasileiro. A relatora apresentou um balanço da sua visita: "Olhando para os fatores de risco para crimes de genocídio e atrocidades em relação à situação dos povos indígenas, brasileiros afrodescendentes e outros grupos de risco no Brasil, constato com preocupação que há registros de graves violações do direito internacional dos direitos humanos contra esses grupos; situações de instabilidade, principalmente no que se refere ao

conflito entre indígenas e fazendeiros; uso excessivo da força pelas agências de segurança, especialmente contra pessoas negras; tensões intergrupais entre comunidades indígenas e outros grupos; e uma série de políticas que facilitaram a discriminação e o abuso desses grupos protegidos com base em sua identidade. A presença desses fatores de risco para crimes de atrocidade exige medidas urgentes por parte das autoridades, da sociedade civil, da mídia, das Nações Unidas e de outros atores relevantes para corrigir a trajetória", afirmou a relatora.

FUNAI ALERTA PARA IMPACTO DA FERROGRÃO EM TERRA INDÍGENA

A Funai reconheceu a terra indígena Sawre Ba'pim, do povo Munduruku, no final de abril deste ano. Localizada na região de Itaituba (PA), ela é uma das primeiras terras a serem reconhecidas após um hiato de cinco anos nas delimitações. A identificação do território é o primeiro passo da demarcação. Apesar do momento festivo, a própria Funai aponta, em um despacho assinado pela presidente Joenia Wapichana, que existem perigos no caminho: a terra recém-reconhecida pode receber os trilhos da Ferrogrão e sofrer impactos negativos. Escreveu Joenia no despacho: "Cabe destacar, ainda, dois empreendimentos que, se implantados, impactarão a Terra Indígena Sawre Ba'pim: a Ferrovia EF-170 (mais conhecida como Ferrogrão) e a instalação portuária de interesse da empresa Chibatão Navegação e Comércio no distrito de Miritituba (PA)". A Ferrogrão é projeto de uma ferrovia de 933 km que ligará Sinop (MT) até Miritituba (PA) para o transporte de grãos produzidos no Centro-Oeste.